

DOSSIÊ DEVOÇÕES NA CONTEMPORANEIDADE

doi: [10.25247/paralellus.2024.v15n36.p165-187](https://doi.org/10.25247/paralellus.2024.v15n36.p165-187)

**A TEOLOGIA CRISTÃ COMO VERDADEIRA FILOSOFIA NO
PENSAMENTO DE JOSEPH RATZINGER**

CHRISTIAN THEOLOGY AS TRUE PHILOSOPHY IN THE THOUGHT OF
JOSEPH RATZINGER

LA TEOLOGÍA CRISTIANA COMO VERDADERA FILOSOFÍA EN EL
PENSAMIENTO DE JOSEPH RATZINGER

*José Francisco de Assis Dias**

*Gustavo Rohte***

RESUMO

No presente artigo, pesquisa-se, no pensamento de Joseph Ratzinger, Papa Bento XVI, o processo de sistematização teológica da revelação cristã e apresenta-se a importância da razão como elemento fundamental de tal processo. Com base nos argumentos apresentados por Ratzinger em *Introdução ao Cristianismo* apresenta-se as opções teológicas e racionais que colaboram na formação do conceito cristão de Deus. Em diálogo com vários textos ratzingerianos, demonstra-se que a filosofia é uma aliada do cristianismo, constitui-se como a verdadeira filosofia e, contraposta com os conceitos de deísmo e teísmo, desdobra-se em uma única e nova forma de conhecimento da Divindade. O fato é que o cristianismo parte de uma teologia natural, ou seja, a razão complementa a

* Doutor em Direito Canônico pela Pontifícia Universidade Urbaniana (Cidade do Vaticano, 2005); Doutor em Filosofia também pela Pontifícia Universidade Urbaniana, (2008). Pós-doutorado em Ciências Sociais na UNESP (Campus de Marília-SP). E-mail: prof.dias.br@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9950007997056231>.

** Mestrando do Programa de Pós-graduação em Filosofia da UNIOESTE (turma 2020); Acadêmico do curso de Teologia do Centro Universitário Claretino (Modalidade EAD); Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná; (2014 - 2017). E-mail: guto-oliveira_13@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8086321946984312>.

revelação, movimento de fé. O cristianismo, vivendo uma dialética da continuidade com o judaísmo se impõe como verdadeira filosofia porque enxerga, na figura histórica de Jesus de Nazaré, a própria razão divina encarnada no mundo.

Palavras-chave: Teologia cristã; Filosofia cristã; Razão e fé; Joseph Ratzinger.

ABSTRACT

In this article, it is researched, in the thought of Joseph Ratzinger, Pope Benedict XVI, the process of theological systematization of Christian revelation and presents the importance of reason as a fundamental element of such process. Based on the arguments presented by Ratzinger in Introduction to Christianity, we present the theological and rational options that contribute to the shaping of the Christian concept of God. In dialogue with several Ratzingerian texts, it is demonstrated that philosophy is an ally of Christianity, constitutes itself as true philosophy and, opposed to the concepts of deism and theism, unfolds in a unique and new form of knowledge of Divinity. The fact is that Christianity starts from a natural theology, that is, reason complements revelation, movement of faith. Christianity, living a dialectic of continuity with Judaism imposes itself as true philosophy because it sees, in the historical figure of Jesus of Nazareth, the very divine reason incarnated in the world.

Keywords: Christian theology; Christian philosophy; Reason and faith; Joseph Ratzinger.

RESUMEN

Este artículo investiga el proceso de sistematización teológica de la revelación cristiana en el pensamiento de Joseph Ratzinger, el Papa Benedicto XVI, y presenta la importancia de la razón como elemento fundamental en este proceso. A partir de los argumentos expuestos por Ratzinger en Introducción al Cristianismo, se presentan las opciones teológicas y racionales que colaboran en el formateo del concepto cristiano de Dios. En diálogo con diversos textos ratzingerianos, se muestra que la filosofía es aliada del cristianismo, se constituye como la verdadera filosofía y, contrapuesta a los conceptos de deísmo y teísmo, se despliega en una única y nueva forma de conocimiento de la Divinidad. Y es que el cristianismo parte de una teología natural, es decir, la razón complementa a la revelación, movimiento de fe. El cristianismo, viviendo una dialéctica de continuidad con el judaísmo, se impone como una verdadera filosofía porque ve, en la figura histórica de Jesús de Nazaret, la propia razón divina encarnada en el mundo.

Palabras clave: Teología cristiana; Filosofía cristiana; Razón y fe; Joseph Ratzinger

1. INTRODUÇÃO

O cristianismo, desde os primórdios, identificou-se como a verdadeira religião. A autoproclamação da verdade cristã não se funda somente em argumentos religiosos, mas também, fundamentalmente, em argumentos racionais. Aliás é isso

que diferencia o cristianismo das diversas religiões. Toda religião só pode ser realmente conhecida através do conceito de Deus que apresenta e que cultua. Por isso, apresentamos aqui, de forma condensada a formulação do conceito de Deus. Esta construção conceitual leva em consideração o caminho e manifestação religiosa do povo hebreu (judaísmo) e, posteriormente, o desabrochar de uma figura histórica, Jesus de Nazaré (cristianismo).

O teólogo Joseph Ratzinger trabalha em sua obra *Introdução ao Cristianismo* as opções do judaísmo e da Igreja que, juntas, formam o conceito de Deus cristão. Opção não se refere aqui como um simples movimento de escolha, mas refere-se ao acolhimento de verdades reveladas.

As opções teológicas sobre Deus foram: 1) Opção do judaísmo pelo monoteísmo em detrimento dos mitos; 2) Opção do judaísmo por um Deus pessoal em detrimento de um deus local; 3) Opção da Igreja pelo Deus dos filósofos; 4) Opção da Igreja pelo Logos. Obviamente, todos esses movimentos de escolhas são importantes, mas neste momento queremos nos fixar nas opções que a Igreja fez com base nas verdades acolhidas do judaísmo e na contribuição racional da filosofia da dogmatização teológica.

A religião de Israel escolheu fundamentalmente cultuar a um só Deus. Mas seu Deus não é distante das realidades humanas, antes, se preocupa com o homem. É, assim, um Deus pessoal, que não fica preso em limites geográficos, mas revela-se onde quer que haja humanidade. Fazendo essas escolhas, foi contra o mito e contra a divinização do que é humano.

O cristianismo, vivendo uma hermenêutica da continuidade com o judaísmo, escolheu, em meio a um mundo repleto de deuses, por um Deus do qual a razão lhe podia apresentar. Fazendo isso, escolheu, com a filosofia, um Deus único, porém, de realidade acadêmica e desligado da religião.

Considerando o modo em que o homem conhece a Deus, devemos examinar dois pontos de vista importantes que consistem, de forma geral, em considerar a manifestação de Deus como iniciativa do homem (deísmo) ou de Deus (teísmo).

Ambas as noções, unidas dão lugar a uma terceira, que soa perfeitamente cabível quando se tenta entender a fé cristã.

A partir desses primeiros esforços, partimos, assim como Joseph Ratzinger, para uma tentativa ousada de enquadrar a teologia cristã entre as teologias naturais e não exclusivamente entre as teologias reveladas. Esse feito, dá-se a partir das contribuições de Varro e Agostinho que, assumidas também por Ratzinger tornam-se argumentos duráveis do enquadramento da teologia cristã não só como um modo de crer, mas como um modo de pensar, ou seja, uma filosofia. Aliás, o cristianismo como teologia revelada e sua escolha pelo *Logos* racional torna-se a verdadeira filosofia, única capaz de conhecer verdadeiramente o transcendente.

A contribuição de Ratzinger ainda nos traz uma conotação drasticamente crítica acerca da teologia protestante, que, pregando as máximas *Sola Fide* e *Sola Scriptura*, negam totalmente o papel da razão e da filosofia para o reto exercício e pensamento da religião.

2. A TEOLOGIA CRISTÃ E O CONCEITO DE DEUS

Falar sobre o “transcendente” do cristianismo é lançar vistas ao monoteísmo da religião de Israel, compreender a identidade de Deus contidas nas escrituras hebraicas e perceber sua diferenciação ontológica em relação aos “deuses” das culturas antigas. Depois, é importante compreender o fenômeno Jesus de Nazaré, com sua historicidade e sua teologia. A esse fenômeno os cristãos caminham e o identificam como o Cristo, e desse processo, advêm a cristologia.

É importante recordar que o cristianismo precisou dialogar com as diversas religiões. O monoteísmo tradicional de Israel e o monoteísmo filosófico e ontológico da filosofia grega em muito contribuíram para a formulação da identidade do Deus cristão.

2.1 O monoteísmo de Israel

O cristianismo é uma religião que surgiu como (des)continuidade da tradição hebraica, ou seja, do judaísmo. A fé de Israel parte, indiscutivelmente, da afirmação

da unicidade de Deus: “Ouve, ó Israel: lahweh nosso Deus é o único lahweh”¹. O credo hebraico insiste na renúncia aos “deuses vizinhos”² e, nisto, Ratzinger identifica uma primeira opção³ teológica: a opção existencial pelo monoteísmo.

O judaísmo fez a primeira opção rumo ao monoteísmo, não por escolha pessoal, mas por Revelação de Deus. No Antigo Testamento, a maior expressão da essência de Deus que poderíamos citar é, sem dúvida, a passagem da sarça ardente⁴, onde Deus aparece a Moisés e se identifica como YHWH (lahweh) que significa “sou aquele que sou” (Ex 3).

O fato é que a fé cristã precisou aprimorar o conceito de Deus do qual fez uso. No hoje das especulações filosóficas sobre a essência de Deus, chegou-se a uma doutrina sólida e inegável, dogmática, sob o ponto de vista cristão da Trindade. Este é um passo importante e decisivo para a conceituação do Deus cristão.

2.2 *Um Deus pessoal*

As religiões judaico-cristãs encaram a divindade não só como substância, como queria Spinoza (2009), mas como pessoa. A pergunta “o que é Deus?” é substituída por “quem é Deus?” Joseph Ratzinger, na *Introdução ao Cristianismo*, pergunta-se sobre a personalidade de Deus e nos faz conhecer a sua essência.

O ser de Deus apresentado nas Sagradas Escrituras, tanto hebraicas quanto cristãs, tem profunda relação com o ser de Deus pregado pelos filósofos gregos. O Deus judaico é Ser Supremo, pois o ser de Deus está em sua identidade, mas é algo mais, torna-se um Deus pessoal; é o Deus de Abraão, de Isaac e de Jacó (Ex 3, 15);

¹ O credo judaico, apresentado em Dt 6, 4, reforça a unicidade de Deus revelado ao povo de Israel.

² Por deuses vizinhos entende-se os deuses dos pagãos, deuses estrangeiros ou de outros povos ou culturas. O primeiro mandamento da lei mosaica afirma: “Não terás outros deuses diante de mim”. Cf. Dt 5, 6-10).

³ Ratzinger utiliza o conceito de “opção” para descrever o processo de assimilação das verdades a respeito de Deus. Isso não significa que judeus e cristãos escolheram em quem crer, mas optaram por tais conceitos para melhor adequar a Revelação (de iniciativa divina) à Teologia (de iniciativa racional).

⁴ Em Êxodo 3, narra-se o episódio onde Moisés se depara com uma sarça (arbusto) em fogo, donde se dirige a voz de Deus. Naquele contexto, Deus pede a Moisés que vá até os hebreus escravos no Egito e transmita a mensagem que os levará à libertação. Moisés, em primeiro lugar sente-se incapaz, mas é instruído por Deus. Depois, para que os hebreus escutem suas palavras, Moisés interroga Deus a respeito de seu nome. A tal pergunta temos a resposta icônica: “Eu sou aquele que sou” que significa a rejeição de Deus em nomear-se. Para o judeu o nome de Deus é impronunciável.

é o Deus de Israel. “Em lugar do nome, põe-se o conceito, em lugar do indefinível entra a definição” (RATZINGER, 1970, p. 80).

Está aqui outra opção/revelação do judaísmo: “O Deus pelo qual optaram distingue-se religioso-tipicamente pelo fato de ser *numen personale* (um Deus pessoal) e não *numen locale* (um Deus local)” (RATZINGER, 1970, p. 83). Assim, o judaísmo não sustenta sua religiosidade a partir de lugares sagrados, mas a partir de homens, tais como os “pro-fetas”. Não é uma religião delimitada geograficamente, mas feita onde quer que esteja o homem.

Na figura histórica de Jesus de Nazaré, o monoteísmo sofre outra revolução. Deus é apresentado de uma forma mais antropomórfica, ele é Pai; e o filho, por sua vez, aplica a si o “Eu sou”⁵. Se Deus, mesmo definindo-se, não era nomeado, em Jesus de Nazaré, a teologia encontrou no seu Cristo o nome de Deus.

Esta ideia reaparece na encíclica *Deus caritas est*, onde Joseph Ratzinger, já como papa Bento XVI, afirma: “No início do ser cristão, não há uma decisão ética ou uma grande ideia, mas o encontro com um acontecimento, com uma Pessoa que dá à vida um novo horizonte e, assim, o rumo decisivo (BENTO XVI, 2006, p. 7).

2.3 A crítica dos mitos e a busca pelo Deus dos filósofos

A crítica dos mitos, muito comum desde Xenófanes de Colofón (570-475 a.C.) até Platão (428-348 a.C.), que visava destruir o mito homérico clássico e substituí-lo por um mito fiel ao Logos, contribuiu para designar a Deus simplesmente no mundo acadêmico (muito semelhante ao que faz René Descartes (1596-1650)). Platão agiu corretamente ao tentar “abolir o mito homérico clássico, substituindo-o por um mito novo, em consonância com o Logos” (RATZINGER, 1970, p. 99).

Ratzinger recorda que esta constatação foi percebida por Paulo:

Porque o que se pode conhecer de Deus é manifesto entre eles, pois Deus lho revelou. Sua realidade invisível — seu eterno poder e sua

⁵ O evangelista João apresenta sete passagens onde Jesus aplica a si as palavras “eu sou”, adicionando uma característica ou alegoria que possibilita ao cristão conhecê-lo: 1) “Eu sou o pão da vida” (Jo 6,35); 2) “Eu sou a luz do mundo” (Jo 8,12); 3) “Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida” (Jo 14,6); 4) “Eu sou a videira verdadeira” (Jo 15,1); 5) “Eu sou a porta” (Jo 10,7-9); 6) “Eu sou o Bom Pastor” (Jo 10, 11-14); 7) “Eu sou a Ressurreição e a vida” (Jo 11,25).

divindade — tornou-se inteligível, desde a criação do mundo, através das criaturas, de sorte que não têm desculpa. Pois, tendo conhecido a Deus, não o honraram como Deus nem lhe renderam graças; pelo contrário, eles se perderam em vãos arrazoados, e seu coração insensato ficou nas trevas. Jactando-se de possuir a sabedoria, tornaram-se tolos e trocaram a glória do Deus incorruptível por imagens do homem corruptível, de aves, quadrúpedes e répteis. Eles trocaram a verdade de Deus pela mentira e adoraram e serviram à criatura em lugar do Criador, que é bendito pelos séculos. Amém. (Rm 1, 19-23.25)

Ao passo que a luta contra o mito foi importante para destruir os costumes e a sua força política, ela também acabou por criar um Deus sem religião, que não se podia adorar e nem recorrer. O “Deus dos filósofos” (RATZINGER, 2006, p. 13) é uma realidade acadêmica e extra religiosa. A Igreja, ao declarar sua adesão ao Deus da filosofia clássica foi considerada uma forma de irreligiosidade, julgada como sendo a negação da religião e assimilada a mais uma forma de ateísmo.

Percebe-se, assim, que no surgimento do cristianismo, as bases da religião estavam, sem dúvida, abaladas:

O anúncio proto-cristão e a fé da Igreja primitiva encontravam-se de novo em um mundo ambiente saturado de deuses e, por isto, diante do problema que coube a Israel resolver na época de sua origem e no seu embate com os poderes do tempo exílico e pós-exílico. Tratava-se novamente de declarar que espécie de Deus, afinal, era visado pela fé cristã. (RATZINGER, 1970, p. 97)

A resposta da teologia cristã, obviamente, teve a sorte de contar com as reflexões passadas, ou seja, contou com a luta para a criação da identidade de Deus feita pela religião judaica cujas fontes são o Antigo Testamento (em especial o Deutero-Isaías e a literatura sapiencial que contribuíram para a fixação da ideia de um Deus único e pessoal). Porém, o Novo Testamento (em especial o Evangelho de João) e a contribuição da filosofia foram o alicerce para esta reconstrução do conceito de Deus:

Surgindo a pergunta: a que Deus correspondia o Deus cristão, quiçá a Júpiter ou Hermes ou Dionísio ou a outro qualquer, a resposta era: a nenhum deles. A nenhuma das divindades às quais fazeis preces, mas única e exclusivamente àquele Deus ao qual não rezais, àquele ser supremo do qual falam os vossos filósofos. ((RATZINGER, 1970, p. 97-98)

A escolha dos cristãos pelo Deus da filosofia tira a teologia cristã do rol da mitologia e a insere no âmbito da teologia natural, afinal, o conhecimento de Deus criador do cosmos se dá fora, com base na racionalidade. Em suma, podemos dizer que sem a razão o cristianismo não passa de mera mitologia. A primeira opção da Igreja trata-se da recusa às divindades das antigas religiões e a utilização do conceito do Deus semita. Em contrapartida, porém, escolheu-se seguir o caminho filosófico dos quais foram precursores os grandes filósofos da antiguidade, o caminho do Logos, ou seja, da razão.

2.4 O Logos na metamorfose de Deus

O conceito cristão de Deus depende, fundamentalmente, de dois outros conceitos: Amor e Verdade. Amor, porque está sempre em relação com o ser humano e a ele concede a salvação. Verdade, porque está implicado com a capacidade de ser conhecido através da razão. Desses dois conceitos logramos descobrir que Deus revela-se pela fé e pela razão. Escolhendo o Logos, o cristianismo escolhe a Verdade e o Amor, atributos essenciais de Deus, pois “o sentido do vocábulo grego Logos corresponde, de algum modo, à raiz hebraica *'mn* (amém): palavra, sentido, razão, verdade estão nele incluídos” (RATZINGER, 1970, p. 42, n. 15).

Ao longo da história da filosofia, o conceito de *Logos* pode assumir dois significados diferentes. O primeiro associa a razão enquanto substância ou causa do mundo, como é o caso de Heráclito de Éfeso (540-470 a.C.) que o concebe como sendo a própria lei cósmica. Disso decorre o fato de os estoicos associarem o *Logos*/razão como o “princípio ativo” do mundo. Para Plotino (204-270), o *Logos* é o próprio Intelecto Divino, ordenador do mundo. Dessa noção são baseadas o pensamento panteísta moderno. O segundo significado, de cunho mais religioso, considera o *Logos* como hipóstase ou pessoa divina. A primeira formulação neste sentido foi feita por Fílon de Alexandria (15 a.C.-45 d.C.), que considerava o *Logos* como um ente intermediário entre Deus e o mundo, o instrumento da criação divina. No prólogo do Evangelho de São João, o *Logos* é identificado com Cristo: “O *Logos* fez-se carne e viveu entre nós” (Jo 1, 14). A teologia cristã fez o conceito de *Logos* desdobrar-se em duas importantes noções: 1) a perfeita paridade do *Logos*-Filho com Deus-Pai; 2) a participação do gênero humano no *Logos*, enquanto razão.

Justino (100-165), por exemplo, diz: “Nós recebemos o ensinamento de que Cristo é o primogênito de Deus e indicamos antes que ele é o Verbo, do qual todo o gênero humano participou” (JUSTINO, 1995, p. 46-47). E Irineu de Lyon (130-202) afirma a igualdade de essência e dignidade entre Deus-pai e o *Logos* e entre ambos e o Espírito Santo. Já Orígenes de Alexandria (185-254), autor do primeiro grande sistema de filosofia cristã, estabelece certa diferença hierárquica entre o *Logos* e o Pai sendo relegado pela Igreja nas sessões conciliares. (ABBAGNANO, 2007, p. 630-631).

É a partir da escolha do *Logos*, que o cristianismo interpretará o papel de Jesus na Revelação Divina. Jesus é o *Logos* feito Ser Humano, um Deus revelado na carne. Esta interpretação é porta aberta para a explicação, ou pelo menos tentativa de explicação, da Trindade.

A orientação espiritual do cristianismo promoveu aquilo que Ratzinger chama de “metamorfose do Deus dos filósofos” e, assim, declarou que a esse Deus, que a filosofia encontrou, os homens podem se dirigir em oração. E mais, afirmou que Deus fala com a humanidade. Este processo metamórfico

[...] conferiu a este Deus dos filósofos um significado completamente novo, arrancando-o da esfera puramente acadêmica e alterando-o profundamente. Este Deus que primeiro se apresenta como um neutro, como o conceito supremo, arrematador, este Deus compreendido como o puro ser ou a ideia pura, a girar eternamente fechado em si mesmo, jamais se inclinando para o homem e para o seu pequeno mundo, este Deus cuja pura eternidade e imutabilidade exclui qualquer relação para com o mutável e o em-devir apresenta-se agora para a fé como o Homem-Deus, que não é somente ideia da ideia, eterna matemática do universo, mas ágape, dinamismo do amor criativo. (RATZINGER, 1970, p. 102-103)

É somente a partir desse processo de metamorfose que podemos conhecer a essência de Deus, o seu ser. Não se trata de um processo simples de escolha de qual caminho seguir, trata-se de perceber como Deus se revela à humanidade. É sabido agora que Deus “revelou-se” aos filósofos e que a partir da razão chega-se à Deus, mas que ela não é suficiente. É necessário que, além da razão, Deus aja no coração daqueles que o buscam. O cristianismo, crendo que Deus agiu através do seu Cristo, consegue conciliar a filosofia e a herança judaica e apresentar o seu Deus:

[...] o Deus que aqui vemos apresentar-se surge, como em numerosos textos do Antigo Testamento, muito antropomórfico, muito antifilosófico; tem paixões como o homem, alegra-se, procura, espera, vai ao encontro. Não é a geometria insensível do universo, não a justiça neutra a pairar sobre as coisas, impassível diante de um coração e dos seus afetos. É um Deus que tem coração, que ama com toda a singularidade do amante. Assim torna-se clara neste texto a alteração da ideia puramente filosófica, e vê-se quão longe continuamos desta identificação do Deus da fé e do Deus dos filósofos, o quanto somos incapazes de alcançá-la, e quanto fracassaram a nossa ideia de Deus e a nossa compreensão da realidade cristã. (RATZINGER, 1970, p. 103)

Optar pelo Deus dos filósofos não significa entronizar no cristianismo um deus qualquer, mas fazer uma escolha decidida pelo Logos, ou seja, é afirmar que o cristão não pode crer em um deus fora dos padrões de sua razão, mas também deve relacionar-se amorosamente com aquele que acredita que o criou:

Fé cristã em Deus, em primeiro lugar, é opção pelo primado do Logos, fé na realidade do sentido criador antecedente e conservador do mundo. Logo, enquanto fé na personificação deste sentido, também é acreditar que o protopensamento, cujo "ser-pensado" o mundo reproduz, não é uma consciência anônima e neutra, mas liberdade, amor criador, pessoa. Se, portanto, a opção cristã do Logos conota uma opção por um sentido pessoal, criador, então ela é, ao mesmo tempo, opção pelo primado do específico frente ao genérico. O mais elevado não é o mais genérico, mas precisamente o especial, e, por esta razão, a fé cristã também é, sobretudo, uma opção pelo homem como o ser irreduzível e relacionado com o infinito. E então também aí ela torna a ser opção pelo primado da liberdade contra o primado da necessidade das leis cósmicas. Deste modo destaca-se, com toda a precisão, o específico da fé cristã diante de outras formas optativas do espírito humano. Torna-se inequivocamente claro o lugar que o homem ocupa com o Credo cristão. (RATZINGER, 1970, p. 118)

Mas o que significa o Logos nesse contexto de filosofia e religião? Para Ratzinger, o Logos é divino pois é pensar criador e fundamento de todo ser, é consciente de si e de todo o pensamento: "Significa ainda que esse pensar não somente sabe, mas ama; que é criativo por ser amor; que, por não ser apenas capaz de saber, mas de amar, colocou o seu pensamento no seio da liberdade de um ser próprio" (RATZINGER, 1970, p. 119).

Essa capacidade que o Logos tem de amar abre as portas para o estabelecimento da Trindade como Deus uno e, ao mesmo tempo, trino: "A lógica interna da fé cristã

em Deus obriga a passar por cima de um puro monoteísmo, conduzindo-nos à fé no Deus uno e trino” (RATZINGER, 1970, p. 120).

Em Jesus, o cristão reconhece um Deus que se deixa chamar de Pai e dialoga intimamente não só com o Filho, mas com todos que estão próximos e com todos que o buscam. O cristianismo viu em Jesus a humanização de Deus, ou seja, do Logos: “Καὶ ὁ λόγος σὰρξ ἐγένετο καὶ ἐσκήνωσεν ἐν ἡμῖν” - “E o *Logos* carne se fez e morou entre nós ” (Jo 1, 14). Jesus “[...] é a concreta proximidade de Deus que nos vem ao encontro; a mediação de Deus para nós e, exatamente, pelo fato de ser, ele mesmo, Deus feito homem, em figura e natureza humana é o Deus conosco (“Emmanuel”)” (RATZINGER, 1970, p. 122).

Depois do Filho, segue-se o acontecimento inédito do Espírito que “não é, sem mais, idêntico nem ao Pai, nem ao Filho, nem representa um terceiro entre nós e Deus, mas é a maneira como o mesmo Deus se nos doa, entra em nós, de modo que, dentro do homem e no âmago da "interioridade", é-lhe infinitamente superior” ((RATZINGER, 1970, p. 123).

O estudo da Trindade é, sem dúvida, uma tarefa arriscada. Não é incomum encontrar pensadores e religiosos que, querendo englobar todo o conhecimento sobre o tema, se perderam em suas definições. Para Ratzinger,

[...] pisamos em terreno onde a teologia cristã deve ter consciência de sua limitação [...]; terreno, onde qualquer falsa ousadia de querer saber tudo com exagerada exatidão há de transformar-se em loucura de consequências imprevisíveis; terreno em que somente o humilde reconhecimento da insciência pode redundar em verdadeiro saber e só a atitude maravilhada diante do mistério impenetrável pode constituir uma fé autêntica em Deus. Amor é sempre mistério: mais do que se pode calcular e compreender. Portanto, o próprio amor – o Deus incriado e eterno – deve ser mistério em grau supremo: o mistério por excelência. (RATZINGER, 1970, p. 121)

Ratzinger esclarece que a doutrina trinitária não se originou de especulações obre Deus, muito menos de reflexões filosóficas, mas de esforços laboriosos de explicar uma evolução histórica. Primeiramente, a fé bíblica mantinha-se exclusivamente na manifestação de Deus ao povo de Israel; depois, “Deus se mostra sob um aspecto até ali desconhecido” (RATZINGER, 1970, p. 122), sob a face de Jesus de Nazaré, o Cristo:

Mediante tais ponderações não se arranca o véu de mistério à doutrina trinitária. Contudo, é claro que, por meio delas, se abre nova compreensão da realidade, do que é o homem, do que é Deus. No ponto da teoria, aparentemente mais extremada, revela-se algo de muito prático. Falando-se de Deus, descobre-se quem é o homem. O mais paradoxal é simultaneamente o mais claro e o mais prático. (RATZINGER, 1970, p. 150)

Mesmo sabendo que a teologia negativa é a melhor forma de se apresentar frente o tema da trindade, Ratzinger não admite que ela seja impenetrável e, por isso, traça uma interpretação positiva da doutrina da Trindade.

Aqui, constata-se um problema que, aos olhos de Paulo, é fruto da imprudência humana e na confiança extrema da razão. Paulo percebe que os gentios, ou seja, os filósofos encontraram o verdadeiro Deus, mas não lhe renderam o culto merecido, não o honraram (Rm 1, 19-23). Deus também concedeu sabedoria aos filósofos antigos para que pesquisassem e chegassem a verdades sobre a natureza divina.

A solução foi escolher pelo Logos:

O Deus filosófico é puro pensamento: em sua base está a convicção: pensar e só pensar é divino. O Deus da fé, como pensamento, é amor. A esta imagem está subjacente a convicção: amar é divino. O Logos do mundo inteiro, o protopensamento criativo simultaneamente é amor; aliás, esse pensamento é criativo, porque, enquanto pensamento, é amor, e, enquanto amor, é pensamento. Revela-se uma identidade original de verdade e amor que, onde se encontrarem plenamente concretizados, não são duas realidades paralelas ou até opostas, mas são um só, o único absoluto. (RATZINGER, 1970, p. 107)

Em síntese, para Ratzinger o cristianismo não é um mito porque está baseado na manifestação de Jesus, que é o Logos, a razão e amor, a quem se pode orar e confiar.

3. A FILOSOFIA COMO ALIADA DA FÉ

É sempre bom recordar que a filosofia nasce de um descontentamento com a teologia mitológica grega, ou seja, os deuses gregos, criados para responder as questões que até então não se encontravam respondidas, tornaram-se incapazes de responder as questões basilares da existência humana. Neste processo, tanto a mitologia grega quanto a romana, tornaram-se fuga para a falta de busca pela

verdade. Em suma, era mais fácil criar mitos do que achar uma resposta convincente para determinadas perguntas.

Para renovar o ímpeto pela verdade, os filósofos, aos poucos, distanciaram-se das religiões mitológicas para formular uma “religião racional”. Este processo não é sinônimo de falta de crença ou negação do fenômeno religioso, mas uma purificação. A nova religião grega, dita “filosófica” estava preocupada em ser canal da busca da verdade e isso precisava ser feito através da razão. O cristianismo, por sua vez, herda este desejo por estabelecer-se a partir da verdade e utiliza a razão e a filosofia como aliada no seu processo de estruturação.

O cristianismo nasceu com Jesus de Nazaré, suas ideias e doutrinas lançam não só as bases para a nova religião, mas são verdadeiras críticas ao Judaísmo da época, ao Império Romano e ao modo de agir hebreu em um ambiente de hostilidade religiosa. É mister recordar que o Judaísmo surgiu da revelação de Deus a Abraão como um Deus que faz uma aliança com os homens a fim de salvá-los da condição desprezível que se encontravam.

Ao longo do Antigo Testamento, podemos notar que constantemente Deus está por fazer alianças. Foi assim com Adão e Noé e, depois, com Moisés e as Doze Tribos. Além da constituição de uma religião, vê-se a formação de um povo que tem sua cultura marcada pelo contato como o Deus único. Jesus Cristo surge nesse contexto, era membro do “povo escolhido”, mas ao mesmo tempo nasceu dominado por um Império que não compartilhava das mesmas ideias religiosas.

O Império Romano da época de Jesus era tolerante das religiões dos povos dominados, o que importava era o pagamento dos impostos e a ordem social estabelecida. Jesus é condenado por crimes contra o Império, por força dos judeus que estavam mais preocupados em manter a política da “boa vizinhança” do que o verdadeiro contato com Deus.

Logo depois da morte de Jesus, os apóstolos fizeram jus ao mandato missionário e tentaram expandir as ideias daquele Cristo morto e ressuscitado dentro das comunidades judaicas. As pregações eram feitas nas sinagogas. Até então a pregação cristã deveria se aproximar da cultura hebraica para que fosse acolhida e

entendida. É por isso que em alguns trechos da bíblia observa-se uma argumentação baseada na Torá e nos Profetas.

Com a rejeição e a perseguição dos cristãos por parte do judaísmo e com a conversão icônica de Paulo inicia-se uma mudança drástica na evangelização. O ponto crucial foi à pregação aos gentios, ou seja, aqueles que não eram judeus. O primeiro filósofo cristão é sem dúvidas o Apóstolo Paulo, foi ele quem se arriscou, durante a sua visita a Atenas, a falar sobre Jesus Cristo no Areópago (At 17, 15-34). Paulo, recém-convertido, impelido a pregar boa nova, motivo de sua conversão, dirige-se a Atenas a pregar no Areópago; Paulo percorre um caminho lógico diferente.

A Grécia possuía uma religião politeísta e de grande importância nacional, muito semelhante com a mitologia romana. Paulo, andando pela cidade, percebe a grande quantidade de estátuas e altares a deuses gregos. Nessa mesma cidade, Paulo discutia com judeus e com os filósofos estoicos e epicuristas que o acusavam de ser pregador de deuses estranhos.

Sendo levado ao Areópago, um tribunal a céu aberto, é questionado sobre “seu novo deus”. A resposta de Paulo é brilhante. Ele começa elogiando a religiosidade dos atenienses e menciona que havia encontrado um altar com a inscrição “ao Deus desconhecido”. Paulo profeticamente afirma: “o que adorais sem conhecer, isto venho eu anunciar-vos”, e inicia sua pregação partindo da criação até a figura de Jesus, que Deus havia ressuscitado dos mortos. A pregação gerou poucas conversões, mas caracteriza o início de um diálogo entre Evangelho e Filosofia.

Em suma, a “filosofia” cristã representa um conjunto de ideias baseadas nos preceitos de Jesus Cristo e nas tradições racionalistas filosóficas grega e romana. Seu objetivo é justificar a fé tendo a razão como instrumento. A afirmação de Paulo, “o que adorais sem conhecer, isto venho eu anunciar-vos”, reflete o pensamento dos filósofos antigos que, criticando a mitologia exagerada, defendem a unicidade de Deus.

3.1 O cristianismo como verdadeira filosofia

É comum nas religiões ocidentais a premissa de fé na existência de Deus. Nelas o Ser Divino é considerado espiritual e eterno, ou seja, diferente do ser humano. Normalmente é tido como criador do mundo, generoso, perfeito, onipotente, onisciente e onipresente. Sobre o conhecimento da divindade, quando é possível de modo racional, a religião é baseada numa Teologia Natural. Quando, porém, é perceptível somente pela fé, constitui-se a partir de uma Teologia Revelada.

Joseph Ratzinger defende que o conceito pré-cristão de Deus fornecido pelos filósofos antigos possui certa ralação com a religião cristã. Os responsáveis por fazer essa transição das ideias helenistas para o cristianismo foram principalmente Agostinho de Hipona e Tomás de Aquino.

Ele retoma a classificação de Varro e a posterior colocação da teologia cristã como teologia natural e afirma que a teologia filosófica é determinada pela realidade do divino frente ao homem, ao contrário da teologia mítica e política que se determina pelo exercício de um culto humano.

Para isso, precisamos examinar a distinção das teologias feita por Marcus Terentius Varro (116-27 a.C.). Para Varro a teologia é compreensão e explicação do divino, dividindo-a em três tipos:

- 1) a “mítica” que é narrada por poetas;
- 2) a “política” relativa às instituições e cultos do Estado;
- 3) a “natural” sobre a natureza do divino tal como se manifesta na natureza da realidade.

Tendo como base a filosofia estoica, Varro definiu Deus como sendo “a alma que dirige o mundo por meio do movimento da razão”, porém este Deus como alma do mundo não é religioso, ou seja, não se presta culto. Devemos nos focar na definição de Teologia Natural, que é feita pelos “filósofos, ou seja, os eruditos, os pensadores, que, indo além dos hábitos, interrogam-se sobre a realidade, sobre a verdade” (RATZINGER, 2015, p. 15).

Com base nesta categorização e distinção, Agostinho inclui o cristianismo no âmbito da teologia natural, mostrando a perfeita continuidade com os primeiros teólogos do cristianismo, tais como Paulo e os Apologistas. Sobre isso, Joseph Ratzinger, discursou na Sorbone:

O cristianismo tem, nessa perspectiva, os seus precursores e sua preparação na racionalidade filosófica, não nas religiões. O cristianismo não é absolutamente baseado, segundo Agostinho e a tradição bíblica que para ele é normativa, em imagens e pressentimentos míticos, cuja justificação se encontra ultimamente na sua utilidade política, mas apela-se, ao contrário, ao divino que pode ser percebido pela análise racional da realidade.

Em outros termos: Agostinho identifica o monoteísmo bíblico com as concepções filosóficas sobre a fundação do mundo que se formaram, segundo diversas variantes, na filosofia antiga. É isso que se entende quando o cristianismo, a partir do discurso paulino Areópago, apresenta-se como a pretensão de ser a verdadeira religião. Isso significa que a fé cristã não se baseia na poesia e nem na política - essas duas grandes fontes da religião; mas se baseia no conhecimento; venera aquele Ser que está no fundamento de tudo que existe: o "verdadeiro Deus". No cristianismo, a racionalidade tornou-se religião e não mais a sua adversária. (RATZINGER, 2015, p. 17)

Podemos afirmar que o cristianismo é a verdadeira filosofia; prova disso são os inúmeros testemunhos de pesquisadores que, tendo estudado as teologias possíveis, encontraram no cristianismo a verdade. Justino, Agostinho e Nicolas Cabasilas são alguns exemplos de homens que acreditavam que o cristianismo fosse a filosofia perfeita, única capaz de acessar a verdade.

Até então, temos uma religião tão racional que chega a ser impossível de "ser religiosa", ou seja, não se pode dirigir-se em oração a um Deus assim. Isso quer dizer que o cristianismo também contribuiu para aprimorar a imagem filosófica de Deus. O mais urgente era fazer-se distinguir Deus da natureza. "nem tudo aquilo que é natureza é Deus". Deus é Deus por sua natureza, mas a natureza como tal, não é Deus. Assim, Deus é mais do que a natureza, mas precede-a e é o seu criador. Em suma, reconhecemos Deus pela razão na natureza não porque Deus seja a natureza (a árvore, a terra, a água) mas ela é criatura de Deus.

Para Ratzinger, “o Deus mudo e inapelável dos filósofos se fez e Jesus Cristo um Deus que fala e que escuta”; e, com isso, defende o elo criado por Agostinho entre o neoplatonismo e a revelação bíblica. Disto se decorrem três pontos:

1) A apropriação da filosofia, executada pelos apologistas, não era outra coisa que uma complementação no processo da pregação do Evangelho ao mundo dos povos. Logo, sem a contribuição da razão, o Evangelho não teria chegado aos outros povos, senão aos hebreus.

2) A verdadeira experiência cristã não pôde ocorrer, senão utilizando-se deste elo com o que a humanidade havia captado, de antemão, pela razão acerca do absoluto.

3) O Absoluto, conhecido pela suspeita racional, é o Absoluto que fala em Jesus Cristo, que é Palavra (logos) e pode ser apelado.

Com essa reaproximação entre fé e filosofia, não quer dizer que ambas sejam, para o cristão, uma só. A filosofia não se transformou em fé, ela continua sendo o que sempre foi. Assim, concluímos que a apropriação, por parte dos apologistas e dos padres da Igreja, do conceito filosófico de Deus é sem dúvida legítima.

3.2 Cristianismo: deísmo ou teísmo?

Descobrimos, anteriormente, com base nos escritos de Ratzinger, que ao longo da formulação da teologia cristã, algumas foram as opções teológicas importantes. Examinaremos agora a opção pelo Deus dos filósofos. Sabemos, de antemão, que os grandes filósofos da antiguidade clássica buscaram eliminar os mitos e instituir uma “crença racional”. Fazendo a opção pelo Deus dos filósofos, o cristianismo se propõe a ser, além de uma religião, uma filosofia. E, com isso, apega-se à razão. Chegar ao conhecimento de Deus através da Razão foi uma preocupação muito sensata. Os filósofos antigos, haviam chegado à certas conclusões que ajudaram a compreender a Deus.

Seria, então, possível conhecer a Deus somente pela razão? Se considerarmos que a resposta a tal pergunta seja afirmativa, inferimos que o cristianismo é uma forma de deísmo. O deísmo é uma corrente estritamente filosófica que atribui a certeza da

existência de Deus à iniciativa do homem e ao uso das capacidades racionais naturais de que dispõe para o conhecimento de Deus.

Representada, principalmente, pela filosofia grega, esta corrente de pensamento foi, mais tarde, defendida dentro da doutrina da religião, principalmente, com Thomas More (1478-1535), Herbert de Cherbury (1583-1648) e John Locke (1632-1704), que colocaram em contraposição a revelação histórica e a revelação natural. Matteo Tindall (1656-1733) viu, no Evangelho, “uma republicação da lei da natureza” (ABBAGNANO, 2007, p. 247-260).

Pensar um Deus que se revela somente à luz da razão, implica que Ele só tenha adjetivações racionais. Assim, o deísmo acaba por restringir os atributos de Deus àqueles que podem ser determinados pela razão natural, a partir da relação entre Deus e o mundo.

Ratzinger nos desmonta que o cristianismo não somente optou pelo Deus dos filósofos, mas também promoveu uma metamorfose daquele conceito puramente racional. A metamorfose ocorre quando se fez a opção pelo *Logos*, ou melhor, quando se acolheu em Jesus de Nazaré o próprio Divino encarnado. Disso, podemos concluir que não é somente pela razão que se pode conhecer a Deus, mas também pela Revelação, ou seja, pela fé.

Dessa forma, o cristianismo ultrapassa qualquer tipo de deísmo quando afirma a importância da revelação como iniciativa de Deus e o esforço do homem em absorvê-la. Conhecer a Deus é um processo de mão dupla: Deus se revela e o homem, pela razão natural, crê no Deus revelado. O ser humano pode chegar à verdade também através da Razão, mas a fé é também um caminho a ser percorrido.

João Paulo II começa a encíclica *fides et ratio* afirmando:

A Fé e a Razão constituem como que duas asas pelas quais o espírito humano se eleva para a contemplação da verdade. Foi Deus quem colocou no coração do homem o desejo de conhecer a verdade e, em última análise, de o conhecer a ele, para que, conhecendo-o e amando-o, possa chegar também à verdade plena sobre si próprio. (JOÃO PAULO II, 1998, §1)

A fé decorre de um processo experiencial com aquele Deus conceitual fornecido pela razão. Essa experiência parte de um processo de revelação: “aquele Deus que precede a natureza, dirigiu-se aos homens [...] entrou na história, veio ao encontro do homem, e assim, agora, o homem pode encontrá-lo, pode se ligar a Deus, pois Deus ligou-se ao homem” (RATZINGER, 2015, p. 20).

Por revelação, entendemos o processo em que Deus se dá a conhecer. No Antigo Testamento, revelou-se a Abraão, a Moisés, aos profetas e a tantos outros. Em Jesus Cristo, habitou a criação e manifestou todo o seu empenho pela salvação da humanidade. Neste processo, metafísica e história se confundem, fé e razão se fundem, filosofia e teologia se assumem mutuamente. De forma muito resumida, mas certa, podemos dizer que a aproximação de fé e razão contribuem para a certeza na verdade do cristianismo: a razão tinha razão da existência de um Deus que a fé crê.

Ao longo de séculos, essa união entre fé e razão foi defendida pelos filósofos e teólogos cristãos. Quem inaugura esse modo de pensar é a Patrística, viu na revelação cristã a realização da filosofia grega. O cristão Flávio Justino (100-165), por exemplo, entendeu que o Logos grego é o próprio Filho de Deus e que contém uma verdade que encontra cumprimento perfeito no cristianismo.

Este princípio, que afirma a revelação divina, sem anular a razão humana, perdurou até a Escolástica, sendo poucas vezes colocado em dúvida. Tomás de Aquino é referência nesta defesa. Para ele o Deus da Fé supera o Deus dos filósofos, adiciona-lhe algo. De início pode parecer que Tomás negue a importância da razão, quando na verdade a fé gera uma nova imagem de Deus e consome o Deus racional (RATZINGER, 2015, p. 20).

Na filosofia renascentista, aconteceu uma inversão, de modo que se afirmou que a razão só transmite e ilustra a verdade que Deus revelou em tempos remotos. Essa inversão foi defendida principalmente por Giovanni Pico della Mirandola (1463-1494) e por Giordano Bruno (1548-1600) (ABBAGNANO, 2007, p. 247-260).

No início do século XVI, mais precisamente no ano de 1517, a Reforma Protestante causa uma desestabilização na filosofia cristã. Devemos lembrar que toda a filosofia

e a teologia cristã estavam baseadas no modelo proposto por Tomás de Aquino. Tinha-se claro que era possível conhecer a Deus através da fé e da razão. Lutero, com sua máxima *Sola fide*, afirmou que só a fé leva a Deus e negou o papel da razão, logo, negou o papel da filosofia.

Na polêmica protestante, temos uma reviravolta inesperada. Os reformadores afirmavam que somente pela fé se conhece a Deus. Foi como voltar à estaca zero. Propõe-se uma religião apenas de revelação, desconectada da racionalidade humana e que neutraliza o seu papel real.

No teísmo, corrente predominantemente de fundamento religioso, que atribui a manifestação divina à iniciativa de Deus, a revelação é a base do conhecimento que o homem tem de Deus e sem ela não se pode conhecer nada sobre a divindade.

Blaise Pascal (1623-1662) é um típico defensor dessa postura quando afirma que “é o coração que sente Deus, não a razão. Eis o que é a fé: Deus sensível ao coração, não à razão [...] A fé é um dom de Deus” (ABBAGNANO, 2007, p. 247-260; RATZINGER, 2006). Seguindo essa linha, admite-se que a fé seja dom de Deus e, por isso, não pode ser solicitada ou provocada pelo homem ou pela razão natural.

Immanuel Kant (1724-1804) descreve o teísmo como a crença num Deus vivo e “num Deus cujos atributos podem ser determinados por analogia com a natureza e com fundamento na revelação”. O teísmo volta a aparecer com Antonio Rosmini (1797-1855), que introduziu a ideia do ser como revelação direta do atributo fundamental de Deus à mente do homem. Vincenzo Gioberti (1801-1852), que considera a intuição, como revelação imediata de Deus ao homem e em Karl Jaspers (1883-1969), que defende que o fracasso do homem em busca de Deus é a única revelação possível.

Para os protestantes, a maior contraposição entre o Deus da razão e o Deus da fé é que o primeiro é conhecido pela iniciativa humana, sendo que o segundo é conhecido somente pela iniciativa de Deus, em outras palavras, somente pela Graça, outra máxima luterana. Os protestantes, na pessoa de Emil Brunner (1889-1966), ainda acusam os padres da Igreja de ter caído em um erro grotesco, ter lido o nome de Deus como um conceito. Condenando a aproximação da mensagem

bíblica com as ideias neoplatônicas feita por Agostinho, o catolicismo é acusado de falsificar a mensagem bíblica e a revelação cristã (RATZINGER, 2006).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar de um “Deus desconhecido” em um mundo tomado por discursos religiosos de diversos vieses, é de certo modo um grande paradoxo. Porém, com quais critérios de certeza podemos dizer que conhecemos a Deus ou que os adjetivos que costumamos atribuir ao Criador, realmente lhe cabem?

Não foi nosso objetivo dizer que a pregação religiosa cristã, em especial a do catolicismo, esteja equivocada ou alienada, mas, pelo contrário, examinar o inconsciente da crença cristã. O fato é que, em situações corriqueiras da vida, somos obrigados a afirmar “coisas sobre Deus” e em muitas delas é possível constatar uma grande dificuldade de expressar e explicar os fatos vivenciados.

As *incognitas fidei* colocam o crente perante problemas que sua própria opinião não pode responder, onde qualquer discurso parece ser inútil ou insuficiente. Em uma manchete fictícia, “criança de dois anos morre afogada no rio São Francisco”, o crente tenta consolar a mãe da criança com “Deus quis assim!” Explicar as desgraças que acontecem na vida do ser humano apelando simplesmente para a vontade de Deus é, sem dúvida, traumatizante. Que pessoa em sã consciência continuaria a cultuar um Deus que lhe tira o filho amado? Que motivos teríamos para cultuar um Deus mau?

Obviamente não queremos entrar aqui nos méritos do problema do mal, mas chamar a atenção a uma falta de compreensão do “ser de Deus” e de sua ação/manifestação no mundo. O problema está no subconsciente dos crentes e sua falta de conhecimento acerca do Deus que cultuam. A triste constatação é que estamos na mesma situação dos atenienses do tempo de Paulo (At 17, 22ss) servindo a um “Deus desconhecido” e nos colocando como doutores de Deus no “areópago do mundo”. Estará o mundo perdido sem chance da salvação? Não. Aos cristãos resta a Revelação para nos mostrar a Verdade.

A partir do pensamento de Joseph Ratzinger, concluímos que tais problemas hermenêuticos decorrem exatamente do conceito de Deus, que na maioria das vezes, encontram-se no inconsciente de fé das pessoas, distante daquilo que a Revelação Judaico-Cristã defende. Bem como da relação entre fé e razão que esse conceito implica.

Ratzinger, quase que em um movimento ecumênico, adverte-nos que o conceito de Deus cristão é fruto de uma continuidade da tradição revelada no Judaísmo. Para tratar disso, ele insere o conceito de “opção”, para mostrar as identificações com qual as religiões judaico-cristãs tiveram de moldar sua teologia: essas opções são feitas pelos indivíduos de fé, com base na revelação, ou seja, a teologia é constituída com base na verdade quando obedece a um movimento transcendente, quando Deus se dá a conhecer.

O que salta aos olhos dos filósofos são as opções teológicas que tiveram a influência da filosofia e da razão. Tais opções nos fazem notar um aspecto totalmente novo. A fé cristã não pode ser concebida sem a Revelação de Deus no seu Cristo, que é a própria Palavra-Razão humanizada. Desses primeiros dois aspectos, conclui-se que a teologia cristã em sua completude não pode ser reduzida nem ao mero deísmo, que reduz tudo à razão, muito menos a um teísmo, que credita tudo ao sobrenatural da fé. A teologia cristã é, antes, única. Sistemáticamente é movida tanto pela fé quanto pela razão.

Em resposta às duras críticas dos protestantes à tradição católica, como uma depreciação do divino ao aproximá-lo da filosofia e da razão, Ratzinger explica que o erro na verdade está na não confiança na filosofia e na razão por parte da teologia protestante. Ele relembra que Lutero, ao afirmar suas famosas “*sola*”, reduz a revelação cristã à mera mitologia, ou seja, somente com a filosofia e com a razão, o cristianismo abandona a mitologia e torna-se verdadeira religião.

O filósofo latino Marcus Terentius Varro apresentou uma divisão entre as teologias que foi útil na defesa do cristianismo como verdadeira religião, feita com grande esmero por Agostinho de Hipona, que enquadra o cristianismo como uma teologia natural. Ratzinger utiliza-se dessas contribuições para reforçar que a teologia não é

fruto de devaneios e transe religiosos, mas fruto de uma vivência racional das verdades reveladas.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ASSUNÇÃO, Rudy Albino de. **Bento XVI, a Igreja Católica e o “espírito da modernidade”**, uma análise da visão do papa teólogo sobre o “mundo de hoje”, Campinas: Ecclesiae, 2018.

BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. **História da Filosofia Cristã, desde as Origens até Nicolau de Cusa**. Petrópolis: Vozes, 1970.

JOÃO PAULO II. **Fides et Ratio**. São Paulo: Paulinas, 1998.

RATZINGER, J. A. **El Dios de la fe y el Dios de los filósofos**. Madrid: Encuentro, 2006.

RATZINGER, J. A. **El Dios de los cristianos**. Salamanca: Sígueme, 2005.

RATZINGER, J. A. **Introdução ao cristianismo: preleções sobre o símbolo apostólico**, São Paulo: Herder, 1970.

RATZINGER, J. A. **Natureza e missão da Teologia**. Tradução de Carlos A. Pereira. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008.

RATZINGER, J. A. **O sal da terra: o cristianismo e a Igreja Católica no limiar do terceiro milênio** (Um diálogo com Peter Seewald). Tradução de Inês M. de Andrade. Rio de Janeiro – RJ: Imago, 1997.

RATZINGER, J. A. **Ser cristão na era neopagã**. Discursos e Homilias (1986-1999),

RATZINGER, J. A. **Ser cristão na era neopagã**. Discursos e Homilias (2000 – 2004) & Debates (1993 e 2000), v. 2 Campinas: Ecclesiae, 2015.

RATZINGER, J. A. **Ser cristão na era neopagã**. Entrevistas (1986 – 2003), v. 3 Campinas: Ecclesiae, 2016.

ROWLAND, Tracey. **A fé de Ratzinger: a teologia do Papa Bento XVI**. Tradução de Carlos P. Alonso. Campinas: Ecclesiae, 2013.